

## 1. Introdução

O estudo da mente humana foi marcado por questionamentos sobre sua localização, como será visto no Capítulo 2 deste trabalho. Buscando responder a essa questão, Aristóteles afirmou que era no coração que ela se encontrava. Hipócrates e Galeno tinham no cérebro a sua morada. Até aquele momento, achava-se que a mente ou alma era soberana ao corpo. No entanto, no século XVII, René Descartes propôs que a mente e o corpo são entidades inter-relacionadas, mas separadas, com uma afetando a outra. A partir disso, surgiu a ideia de relacionar estruturas e funções cerebrais

No início do século XIX, Franz Joseph Gall afirmou que os traços de personalidade e as capacidades mentais estavam sediados em distintas áreas do cérebro e podiam ser avaliados medindo-se as dimensões externas do crânio. Denominou-se de frenologia as tentativas de projetar sobre o cérebro, sem base factual, a psicologia das faculdades mentais. Contudo, alguns cientistas, reprovaram essa teoria, abalando, por sua vez, a doutrina localizacionista.

No início do século XX, a escola behaviorista, liderada por John Watson, afirmou a impossibilidade de investigação de fenômenos ocorridos na consciência, definindo então o comportamento observável como o principal objeto de estudo da psicologia. Contrapondo-se à teoria behaviorista, por volta de 1950 surgiram diferentes movimentos cognitivistas, privilegiando o estudo das funções mentais envolvendo o processamento de informação, tais como percepção, memória, pensamento, linguagem e consciência. Com base nessas teorias, surgiram as neurociências, como ponte entre diferentes áreas da psicologia experimental e neurobiologia.

Durante todo o século XX, as várias áreas de pesquisa solidificaram-se, permitindo que conceitos psicológicos se somassem a outras ciências e se constituísse a neuropsicologia, ou seja, o ramo das neurociências que estuda a relação entre o comportamento e o funcionamento cerebral em condições normais ou patológicas. Em outras palavras, ela busca compreender as funções mentais e a relação destas com o funcionamento neurológico (Capovilla, 2007). Será visto, no Capítulo 3, que a neuropsicologia entende os processos mentais como sistemas

funcionais complexos não “localizados” em estreitas e circunscritas áreas do cérebro, mas, sim, ocorrendo por meio da participação de grupos de estruturas cerebrais operando em concerto, cada uma das quais concorrendo com sua própria contribuição particular para a organização desse sistema funcional (Luria, 1981).

De acordo com Lezak (2004), a avaliação neuropsicológica ocupa um lugar central na neuropsicologia, uma vez que auxilia no exame de determinadas manifestações do indivíduo para a investigação do funcionamento cognitivo e mental. Os recursos utilizados nas avaliações neuropsicológicas são diversos, baseados principalmente em material desenvolvido em laboratórios de neuropsicologia, neurologia e psicomетria. Sendo assim, a avaliação neuropsicológica vai muito além da simples administração de testes, devendo abranger não só a análise quantitativa, como também a qualitativa.

Os resultados quantitativos dos testes neuropsicológicos refletem a maturidade conceitual e o nível cognitivo dos pacientes, porém é importante ressaltar que muitas variáveis externas aos testes podem interferir nesse desempenho, tais como: uso de medicação, grau de escolaridade, nível socioeconômico, idade, gênero, comorbidades, entre outros (Capovilla, 2006). Sendo assim, os escores dos testes, isoladamente, fornecem informações limitadas acerca do funcionamento do paciente, sendo muitas vezes importante verificar como ele soluciona um problema e o porquê de não conseguir executar determinadas tarefas, o que pode ser em decorrência de vários aspectos e não somente devido a um distúrbio neurológico (Lezak, 1995).

Atualmente, há inúmeros estudos que apontam as contribuições dos testes neuropsicológicos na investigação do funcionamento cognitivo e mental. No entanto, parece carecer de estudos sobre a análise qualitativa da avaliação neuropsicológica. Com base na prática da avaliação neuropsicológica, surgiu a hipótese da ausência da avaliação qualitativa na prática dos neuropsicólogos e, a partir disto, nasceu o interesse em pesquisar se esta é realizada na avaliação neuropsicológica de outros profissionais. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo averiguar a presença da avaliação qualitativa na prática de profissionais que realizam essa avaliação, como mostrará o Capítulo 4.

O presente estudo se classifica quanto aos fins como pesquisa metodológica, pois utiliza um instrumento de captação de dados da realidade, ou seja, a entrevista semiestruturada. Quanto aos meios, consiste em uma pesquisa bibliográfica e de campo, desenvolvendo-se com base em material publicado em livros, revistas científicas e documentos normativos. O trabalho, quanto à sua natureza, se caracteriza como pesquisa qualitativa, pois busca entender o fenômeno estudado por meio de descrições do objeto de estudo, comparações e interpretações (Vergara, 2000).

A metodologia utilizada para a realização dos estudos desta dissertação inclui a elaboração de uma entrevista semiestruturada aplicada a 11 psicólogos que realizam a avaliação neuropsicológica. A entrevista semiestruturada, neste caso, visou o entendimento amplo do processo de avaliação neuropsicológica na prática de cada profissional. Para isto, foram criadas 16 perguntas com o objetivo de contemplar como cada profissional entende a avaliação neuropsicológica e como a conduz. As entrevistas foram gravadas, com consentimento dos entrevistados, e posteriormente transcritas. As respostas foram agrupadas e classificadas de acordo com um princípio, dando origem a conjuntos de categorias, que, por sua vez, foram analisados e interpretados. No Capítulo 5, conclui-se que a hipótese deste trabalho foi parcialmente confirmada, uma vez que a avaliação qualitativa é realizada, porém ainda aquém da quantitativa.